

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

ENCONTROS PARALELOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DO 3º SETOR

A informação arquivística como substrato cultural na consolidação da memória coletiva, Danielle Alves

Movimentos Sociais e Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória, Fernanda Monteiro (UNIRIO)

Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas, Thais Santos

Movimentos Sociais na Zona Oeste: Arquivos e narrativas, William Vieira

VI REUNIÃO DE ARQUIVOS JUDICIAIS DO BRASIL

Lei de Acesso à informação pública e a gestão documental no judiciário, Neide De Sordi (Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia e Documentação – Universidade de Brasília-UNB).

A automatização da eliminação de autos findos no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas à luz da Recomendação 37 do CNJ, Manoel Pedro de Souza

Aplicabilidade da tabela de temporalidade de documentos unificada do Poder Judiciário – processos judiciais, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Maria Rosa Torres Susana Arquivista pela UNI-RIO, Chefe de serviço de Gestão de Instrumentos Arquivísticos do TJRJ, Analista de sistemas – PUC-RJ. Integrante do PRONOME/CNJ.

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MÉDICOS

O prontuário eletrônico como unidade de transferência e criação de conhecimento em saúde, Francisco Pedroza (UFBA)

VI ENCONTRO DE ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

A atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo nos convênios com os Arquivos Municipais capixabas através do PROGED: Programa de Gestão Documental, Anderson Gomes Barbosa (Arquivista do Arquivo Público Estadual do ES)

A gestão do patrimônio histórico documental no Arquivo Público Municipal de Campos - RJ, Carlos Roberto Bastos Freitas (Diretor do Arquivo Público de Campos – RJ)

VII ENCONTRO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

Paleografia e diplomática, João Euripedes Franklin Leal (UNIRIO)

Documentos y diplomática de instituciones hispanoamericanas, Branka Tanodi (Universidad de Córdoba/ Argentina)

I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS PRIVADOS

Memória Organizacional

Palestrante: Louise Anunciação Fonseca de Oliveira (UFBA)

Movimentos Sociais e Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória

Fernanda Monteiro – Unirio¹
fernandacma@gmail.com

Introdução

As transformações em âmbito mundial que marcaram os últimos dois séculos, no Brasil mais especificamente os últimos trinta anos, exemplificadas, entre outros elementos, pela emergência de um novo modelo governamental neoliberal, que prioriza a expansão da intervenção do Estado, *stricto senso*, em prol do aumento da produção, no qual o mercado virou a base para a organização da sociedade, indicaram para uma realocação dos principais papéis de diversos atores sociais no sentido do bem comum. A partir de uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, o neoliberalismo restringiu a responsabilidade social do Estado, relegando ao mercado e às empresas privadas parte dos seus encargos.

Dessa forma, a sociedade civil² organizada assumiu novas responsabilidades que antes faziam parte da esfera exclusiva estatal, formando um conjunto de organizações com fins públicos com o objetivo de atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social. Assim, essas organizações acabaram por criar uma nova esfera, o chamado terceiro setor.

Cada vez mais o número de fundações, associações e outras instituições com características similares, são criadas com a intenção de prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local e defender os direitos civis; nessa perspectiva o surgimento da expressão “terceiro setor” como uma denominação que representa e denomina instituições que não são do governo (Estado) e nem do mercado, precisa ser melhor analisado de forma específica.

¹ Professora do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio - PPGMS

² GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

Nesse sentido, o surgimento de iniciativas com cunho reivindicatório e com propostas sociais de defesa dos setores menos favorecidos socialmente, torna-se latente no Brasil. Nessa conjuntura podemos perceber a emergência de demandas específicas e variadas que irão convergir em movimentos mais amplos, orquestrados por diversos grupos de defesa e reivindicação. Configurando-se em uma das vertentes do terceiro setor, os movimentos sociais surgem com objetivos específicos nas suas diversas áreas de atuação.

Nessa perspectiva, o estudo em questão pretende analisar, o campo dos movimentos sociais, enquanto uma ramificação do terceiro setor, ou seja, como uma proposta alternativa a do Estado. Como forma de focar a discussão a proposta e pensar, na perspectiva da arquivologia, sobre a produção documental nessas instituições e a participação do arquivista nesse contexto.

Os movimentos sociais, constituídos ou não juridicamente, como partes integrantes de nossa sociedade, compartilham sobre muitos aspectos, de um olhar limitado sobre as relações arquivo / arquivista / estado / sociedade. Nessa perspectiva a proposta é analisar a atuação do profissional de arquivo no contexto de produção documental de determinadas instituições que compõe os movimentos sociais, destacando que algumas características e especificidades dessas instituições, onde muitas vezes predomina não apenas a informalidade, como também um baixo volume de documentos produzidos, não significa a inexistência da necessidade do arquivista, pelo contrário, é exatamente através do arquivista que a documentação produzida por essas instituições pode servir muito menos a meras práticas burocráticas e serem percebidas como instrumento político essencial.

Na medida em que as atividades dos movimentos sociais estão inseridas num contexto social mais amplo, no qual o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos, o arquivista atua politicamente no sentido de identificar e preservar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos.

Acredita-se que uma vez postas, estas condições nos permitam não apenas ampliar o campo de atuação dos arquivistas, mas também estabelecer uma maior aproximação dos Arquivos / Arquivista com os indivíduos que se mobilizam em torno dos diferentes seguimentos dos movimentos sociais, apresentando a importância do

debate em torno da preservação e do acesso à documentação produzida e recebida por essas instituições no processo contínuo de construção da memória.

Dessa forma o debate proposto apresenta uma discussão essencial e inovadora que tem muito a contribuir para estudos sobre memória e informação, na medida em que os documentos em fundos não oficiais, quando corretamente produzidos, tratados e acondicionados são importantes fontes de constituição da memória e identidade, de muitos movimentos que na maioria das vezes atuam na informalidade e acabam por perder, ao longo da sua trajetória, aspectos importantes da sua formação e atuação.

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado refletido e ligado em nosso presente, configurando-se então pelo esquecimento e pela lembrança³. Dessa forma, o arquivo pode ser utilizado como lugar dispositivo de memória, com vistas a valorizar e preservar a memória de grupos ou indivíduos, como dos grupos de militância que configuram os movimentos sociais, por meio do resgate de fundos específicos, estabelecendo a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos.

O número de arquivos que constituem fundos documentais relacionados às questões políticas e culturais dos movimentos sociais no Brasil é muito baixo, uma vez que muitos desses movimentos atuam na informalidade, e assim não apresentam documentos que relatem sua vivência em seus diferentes aspectos, dificultando o resgate de informações sobre suas funções e atividades sociais de extrema importância para a construção de suas memórias e identidade. Considerando também o fato de que ainda os arquivos e suas funções são desconhecidos por muitas pessoas em nossa sociedade, o que acaba dificultando a disseminação das informações contidas nestes documentos.

O estudo relacionado aos acervos dos movimentos sociais é cada vez mais necessário, por direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

Mesmo que tardiamente a construção ou identificação da memória dos movimentos sociais é de fundamental importância para que estes possam inserir-se num

³ POLLAK, M. "Memória, esquecimento e silêncio". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>

contexto sócio-político que os configuram como “seres identificatórios”, numa sociedade no qual quem não tem sua memória viva e respeitada, está privado de se identificar como um indivíduo que possui atuação político-social e cultural.

Conforme Bellotto⁴, o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda, circunstância e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam conseqüências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

Dessa forma, a visão do arquivo enquanto instrumento particular do Estado, tem afetado diretamente a ideia de memória. De acordo com Jardim⁵ “a memória parece visualizada, sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais.” Assim, mais uma vez, percebemos a importância da constituição de acervos arquivísticos nos movimentos sociais enquanto instituições representativas de lutas e reivindicações, já que são de extrema importância para o resgate da identidade de grupos e indivíduos, assim como para preservação de suas ideias, na medida em que atuam dentro de um contexto político e social de construção histórica, e por tanto, processual da memória.

Existe a tendência em considerar os movimentos sociais como um todo homogêneo, no entanto é importante observar que existem variados tipos de movimentos tanto em relação às reivindicações quanto no que se refere aos seus estágios de desenvolvimento. Há sindicatos diversificados, associações de moradores, grupos de ruas, clubes, oposições sindicais,...acontecendo em lugares concretos, com dinâmicas próprias que são produto da situação estrutural da sociedade, modificando-se segundo a conjuntura, dependendo de uma história de luta global e particular, de uma prática política determinada.

Os membros efetivos, aqueles que participam cotidianamente, têm a possibilidade de construir uma visão mais ampla a respeito dos objetivos de cada instituição. Mas esses membros também podem limitar-se somente na ótica do grupo do qual participam. Nesse sentido, defendemos que há outros canais, além da participação

⁴ BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 03.

⁵ JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995, p.01.

direta num trabalho de base, na militância específica, para compreender a demanda de serviço que surge dos diversos grupos que configuram os movimentos sociais. O conhecimento da documentação interna e da demanda externa é um desses canais.

Mas para isso é necessária uma formação aprimorada das técnicas e conceitos referentes às questões que envolvem a documentação, a informação e o acesso. É preciso um profissional que conheça os mecanismos gerais, e isto, muitas vezes, torna difícil, na prática, dedicar-se a um trabalho de base que, em sua dinâmica, absorve tempo.

Percebemos que as necessidades dos movimentos sociais são diversificadas, podem dirigir-se desde a universidade até aos quadros estatísticos fornecidos por instituição especializada, passam por animadores, agentes, assessores, especialistas, alcançam uma tese e muitas vezes são atendidas apenas com uma pequena folha de papel. Assim o controle e processamento da informação são essenciais tanto para a preservação da memória e identidade dos grupos ligados a esses movimentos, quanto a sua divulgação e incentivo através do acesso, e nessa perspectiva a atuação do arquivista é imprescindível.

Assim como em outras esferas de atuação, nos movimentos sociais o papel do arquivista está diretamente relacionado a uma prática política enquanto responsável direto pela permanência ou não de determinado documento e/ou informação, ou seja, é preciso compreender os aspectos das diversidades culturais, sociais, religiosas e econômicas, inerentes à sociedade brasileira, como uma necessidade de comprometimento ético e profissional capaz de evitar que a sua visão de mundo (um olhar excessivamente etnocêntrico, preconceituoso e pessoal), exclua a possibilidade do outro de se ver representado e de ter acesso aos documentos que digam respeito a tais diferenças.

Dessa forma a atuação do arquivista nas instituições ligadas aos movimentos sociais precisa ser analisada no sentido de que esse profissional atua como um agente político inserido socialmente e precisa pensar a sua condição na perspectiva de ser capaz de realizar um trabalho especializado e eficiente na direção de dialogar com os objetivos da entidade para a qual trabalha, configurando-se em mais um membro a serviço da preservação da memória e informação de grupos e pessoas.

O arquivista deve intervir de modo a ajudar a instituição, oferecendo uma visão global do acervo, é um profissional que atua como uma espécie de “filtro”, como uma peça fundamental no critério de seleção da informação e na relação com o usuário.

Nesse sentido, é importante destacar que a ausência de documentos como produto direto das atividades dos movimentos sociais não exclui a compreensão de que os documentos materializam a relação entre Estado e sociedade, nas suas diversas esferas, constituindo-se em um instrumento fundamental para a legitimação de determinadas reivindicações. É nessa direção que o presente trabalho irá atuar, analisando a importância da documentação como ferramenta estratégica na identificação e preservação da memória coletiva e individual no processo de formação e consolidação das lutas e demandas empreendidas pelos movimentos sociais.

Objetivos

A partir da conjuntura neoliberal de surgimento de novas reivindicações e demandas por parte da sociedade civil, a proposta é analisar a emergência dos movimentos sociais enquanto uma vertente do chamado terceiro setor no sentido de mapear a relação entre Estado, sociedade e mercado. Esse debate ajuda a entender o processo de formação dos movimentos sociais enquanto instituições, muitas vezes, não-oficiais, e nesse sentido a construção de aspectos identificatórios fica prejudicada.

Assim, o objetivo é analisar o papel da documentação produzida e recebida pelos movimentos sociais no sentido de identificar elementos particulares que caracterizem sua memória e história ao longo de sua trajetória. Para tanto, a atuação do arquivista vem a somar, enquanto um ator político fundamental.

Os movimentos sociais, como qualquer outra instituição, produz, recebe e acumula informação durante seu desenvolvimento e atuação. Informação essa, que pode estar registrada em diferentes tipos de suportes: escritos, gravados, filmados, entre outros... É justamente nessa discussão que o presente trabalho se insere. O objetivo é analisar, a partir do contexto social, político e econômico da atual realidade brasileira a participação do arquivista enquanto ator fundamental no processo de preservação e resgate da informação no sentido de construir e divulgar aspectos que identifiquem determinados grupos e suas demandas.

Nora⁶ destaca que embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (materializada) e de referências tangíveis que só vivem através delas. Ainda aponta que daí surge a obsessão pelo Arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado.

Nesse sentido, o arquivo, enquanto “lugar de memória”, precisa atuar, nos movimentos sociais, no sentido de salvaguardar as origens e o processo de formação e atuação de determinado movimento, refletindo as características intrínsecas a esse processo, como o momento histórico vivido. É nesse sentido que pretendemos inserir a atuação do arquivista.

Conclusão

A partir do final da década de 80 e do início da década de 90, tornou-se comum no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, a expressão terceiro setor para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. Ele coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e com o segundo setor, que é o mercado. A vertente majoritária defende que o terceiro setor se difere do primeiro porque suas entidades são de natureza privada e do segundo porque não visa ao lucro nem ao proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos, no entanto essa generalização apresenta algumas ressalvas.

O chamado terceiro setor é um campo e um conceito recentes, que vêm sendo objeto de inúmeras discussões que precisam ser aprofundadas. Como ainda estamos no início do processo de conhecimento das características, dos elementos e da própria essência e lógica do terceiro setor, não existe unanimidade no tocante a seu conceito e abrangência, e isto inclusive porque os conceitos variam conforme a ênfase dada a um de seus elementos ou características, tais como: diferenciação dos outros setores, finalidade ou natureza jurídica das organizações que o compõem.

⁶ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

Em contrapartida, devido ao grande crescimento das instituições organizadas por elementos da sociedade civil a partir da restrita participação do Estado e do mercado privado, o terceiro setor se configurou numa importante esfera social que precisa ser melhor estudada e analisada a fim de entendermos o motivo do seu surgimento e as consequências diretas que essas instituições provocam na sociedade brasileira em geral. Uma dessas consequências está relacionada ao crescimento de organizações que se estruturaram em torno dos movimentos sociais, reformulando demandas e reivindicações aos novos tempos contemporâneos.

É importante destacar que os movimentos sociais não foram “inaugurados” pelo Estado neoliberal, muito antes já existiam reivindicações organizadas, no entanto a partir dessa nova configuração política, social e econômica, esses movimentos adquiriram características específicas relacionadas diretamente a esse momento histórico. Nesse sentido, pretendemos analisar a estrutura contemporânea de tais movimentos, ressaltando que é justamente nesses tempos atuais que o debate em torno da documentação e do acesso à informação ganham mais fôlego, principalmente no que se refere à memória enquanto processo de construção.

Nesse sentido, a justificativa e relevância do presente trabalho, está na necessidade de um estudo mais aprofundado a cerca desse contexto, ainda indefinido, que circunda o debate sobre os movimentos sociais, buscando um melhor entendimento da dinâmica que existe entre documentação, arquivo e memória. Destacando-se que essa discussão insere-se em um debate mais amplo que abrange conceitos sobre teoria do Estado, essenciais para a elucidação dos objetivos aqui propostos.

Somando-se ainda a intenção principal de tentar analisar dentro desse contexto, o papel do arquivista como agente político, partindo das dificuldades da produção e acumulação documental nessas instituições. O profissional de arquivo deve atuar ativamente em todas as etapas que envolvem o “fazer arquivístico”, na medida em que suas atividades estão inseridas no contexto social amplo, no qual o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos que podem apresentar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos.

Uma outra esfera de análise na qual está inserida todo o debate sobre os movimentos sociais no Brasil é a discussão sobre teoria do Estado e sociedade civil.

Reflexões e discussões referentes ao Estado brasileiro enquanto elemento indispensável ao estudo das políticas em geral apontam, em sua maioria, para uma análise “estadista”, segundo a qual o Estado, de origem ibérica, seria o principal responsável pelas características de nossa formação social. No entanto, é importante destacar que as bases teóricas e conceituais que sustentam nossa análise indicam outra perspectiva, que nada tem a ver com a interpretação dominante, que privilegia o Estado como ator principal e renega a sociedade a um papel coadjuvante.

Autores consagrados pela “academia”, que tomam como norte de suas análises o predomínio inquestionável do Estado sobre a sociedade, acabam por vitimizar, de certa forma, a sociedade civil, desqualificando as ações públicas. O Estado, por sua vez, é visto como algo à parte dessa sociedade, um “ser reificado”, descolado do tecido social que lhe dá base, como observa Sonia Regina de Mendonça.⁷ Essa vertente trabalha com um Estado “naturalizado”, “místico”, um bloco homogêneo, como se não fosse constituído de atores sociais com interesses específicos, isentando as práticas estatais de conflitos. Segundo Mendonça, tal vertente afirma

uma forte carga de negatividade, usualmente associada ao Estado e que transparece através de adjetivações como “centralizador”, “cooptador” e “coercitivo” o que pressupõem, enquanto seu reverso necessário, a fragilidade, ‘dispersão’ ou impotência da Sociedade, incapaz de promover formas próprias de organização de representação política.⁸

O Estado faz parte do conflito existente entre as classes sociais, e por isso é necessário destacar que ele não deve ser entendido como uma “entidade em si mesmo”, mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas. Mendonça⁹ observa que o êxito ou fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em

⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007.

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. *Outros Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 1-12, 2007, p. 3.

⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado, processo este altamente dinâmico e em permanente redefinição.

De acordo com Antonio Gramsci,¹⁰ o Estado é uma condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade, incorporando em si mesmo os conflitos presentes na formação social. O conceito de Estado enquanto uma relação, elaborado por Gramsci, parte da visão de “Estado ampliado”, que incorpora três componentes abordados em constante interação. São eles: a infra-estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Nessa interação, há uma dimensão política fundamental para a preservação e estruturação do Estado, que extrapola a dinâmica entre coerção e consenso. Sua base principal é o que Gramsci denomina de cultura, entendida não como atividade de entretenimento, erudição, ou coisa do gênero, mas sim como visão de mundo, valores, crenças, etc. de um determinado grupo social.

Assim, partindo do pressuposto de que sociedade política e sociedade civil encontram-se em constante relação, é necessário identificar as formas de organização de ambas, no sentido de verificar os agentes coletivos inseridos organicamente em classes ou frações de classe específicas. Da mesma forma, é fundamental conectar tais agentes com as disputas constantes no interior das agências estatais. Segundo Mendonça, deve-se “refletir a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam **junto e pelo** Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas”.¹¹

Dessa forma, o esclarecimento sobre o conceito de Estado adotado neste trabalho se faz necessário, porque a discussão em torno da dialética que envolve a administração burocrática estatal, a política nacional ou sociedade política e a sociedade civil, ou seja, a relação entre economia e política – ou Estado e economia – perpassa por essa problemática, pela questão do Estado. Seu conceito e seus mecanismos de interação com as classes sociais são fundamentais para direcionar e entender de forma mais clara a relação entre economia, política e sociedade, que muitos insistem em afirmar que é estanque. É importante destacar que o modo pelo qual essas três esferas se relacionam não é estático, a forma de articulação depende do tipo específico da

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

¹¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007. Grifo nosso.

formação social em questão, sendo portanto um fenômeno histórico e socialmente mutável.

Nesse sentido entendemos que a análise da produção documental dos movimentos sociais é fundamental no processo de construção da memória e identidade desses grupos, na medida em que o arquivo se apresenta como uma ferramenta estratégica na disputa pela memória. Os arquivos são construções sociais, são instituições socialmente construídas e por isso possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando na produção do conhecimento sobre o passado e nos registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade.

“Os arquivos tem o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência (...) Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado”¹² Nessa passagem de Terry Cook percebemos que o arquivo se torna um espaço estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem a construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados que são dados através de embates de interesses.

Nesse debate não podemos negligenciar a participação do arquivista que é o principal responsável pela configuração do arquivo e por aquilo que se quer revelar ou não. Dessa forma entendemos que o arquivista age de forma política na confecção do que será o arquivo, influenciando diretamente no acesso ao passado e ao presente.

Assim, o arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos velhos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais. São lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado principalmente pela atuação política dos arquivistas, que agem de forma decisiva na configuração arquivística, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes”.

No caso dos movimentos sociais o arquivo adquire uma conotação ainda mais específica na medida em que é o setor no qual a trajetória desse grupo está refletida. É através do arquivo que os pesquisadores e até mesmo os militantes podem se reconhecer ou não, nos documentos que muitas vezes apresentam aspectos desconhecidos por

¹² COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

muitos membros dos movimentos sociais, principalmente no que se refere às lutas e reivindicações.

6 - Referências

ALVES, Mario de Aquino. *Perfil da captação de recursos no Brasil*. Artigo publicado em material didático do curso Princípios e Técnicas de Captação de Recursos, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, julho de 2001.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins Barbosa. *Terceiro setor no panorama internacional: aspectos jurídicos*. Artigo publicado em material didático do curso de Direito do Terceiro Setor, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, 2º semestre de 2001.

_____. *Manual de ONGS: guia prático de orientação jurídica* / Maria Nazaré Lins Barbosa e Carolina Felipe de Oliveira; Coordenação Luiz Carlos Merege. - 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13/14. ISBN 85-225-0353-2

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade nem direito*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2003

BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CARDOSO, Ruth. *Fortalecimento da sociedade civil*. In: IOSCHPE, E. B. (Org.) *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, cap. 1, p. 7-12, 1997.

CARVALHO, Denise Gomide. *Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas sócio educativas* / Denise Gomide Carvalho. Dissertação (mestrado) –

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo: A experiência das associações de vizinhos de Madri*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CICONELLO, Alexandre. *O conceito legal de público no terceiro setor*. In: Terceiro setor/textos de Alexandre Ciconello ... [et al.]; Eduardo Szazi, (org.), et al. Terceiro setor: temas polêmicos 1. São Paulo: Peirópolis, 2004 – (Temas polêmicos; 1), p. 46/47 e 54/55 .ISBN 85-7596-034-2.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor : um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002

CORREIA, Fábio Cardoso. *Terceiro setor e gestão social*. (Cadernos Pós Graduação). Disponível em: <<http://www.educacaofiscal.rj.gov.br/materialdidatico.shtml>>.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. 3º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUCHEIN, Michel. “O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos”. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: 1986. v.10 - 14 n. 1.

FERNANDES, Rubens César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

_____. *O que é o terceiro setor*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg [et. al.]. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 27. ISBN 85-219-0264-6

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração; práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002. ISBN 85-7312-373-7

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos*. Edições Loyola, 2007.

GÓMEZ, José María. Entre potencialidades e limites, temores e esperanças: notas sobre a sociedade civil e a globalização. In: GARCIA, Joana; LAMDIM, Leilah; DAHMER, Tatiana (Orgs.). *Sociedade & Políticas – novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003, p. 11-20.

HUDSON, Mike. *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.

JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Cadernos do Iser, Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.

_____. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro: 1993

_____. *Chapter, 2 – The nonprofit sector in Brazil* In: Anheier, H. L and Salamon L. M. *The nonprofit Sector in the development world: a comparative analysis*. Manchester University Press: New York, 1998.

LOUREIRO, Rita Maria. *Os Economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MÂNICA, Fernando Borges. *Panorama histórico legislativo do Terceiro Setor no Brasil: do conceito de Terceiro Setor à Lei das OSCIP*. In: OLIVEIRA, Gustavo J. de. (coord.) *Terceiro Setor, Empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 163-194.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007.

_____. *Economia e Política na historiografia brasileira*. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

MEREGE, Luiz Carlos. *O papel do 3º setor na estrutura de uma nova sociedade*. Artigo publicado em material didático do curso Administração para Organizações Não Lucrativas, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, 2º semestre de 1999.

_____. *Realidade e perspectivas do terceiro setor no Brasil*. Artigo publicado em material didático do curso Princípios e Técnicas de Captação de Recursos, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, julho de 2001.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social* São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”*. *Revista Lutas Sociais*, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002

MONTEIRO, Fernanda. *Da solidariedade econômica ao ativismo político: o caso Lucas Lopes*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/URFJ), 2010.

NORA, Peirre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento e silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>

SALAMON, Lester & ANHEIR, Helmut K. *In Search of the Non-Profit Sector I: The Question of Definitions*. Voluntas V. 3 Nº 2, Manchester: Manchester University Press, 1992.

SANTOS, B.S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortêz Editora, 2000.

SCAICO, Oswaldo.; et al. *CEATS: o espaço do terceiro setor na universidade*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: FGV, v. 33, n. 1, p. 74-76, jan.-mar. 1998.

SCHELLENBERG, T. R. “Arquivos modernos. Princípios e técnicas”. Rio de Janeiro: FGV, 1973

Szazi, Eduardo. *Terceiro Setor: regulação no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Peirópolis, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. *Pensar o Terceiro Setor como Extensão Universitária: Análise de Proposta de Gestão Social*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, setembro de 2004.

Documentos e Sites Auxiliares:

ARQUIVO NACIONAL, “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística”. 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). “Centros de Documentação Alternativos: Algumas questões”. *Memória*. Rio de Janeiro, v.1, n.7, nov.1983.

Mapa do Terceiro Setor: *Sobre o Mapa do Terceiro Setor e Metodologia*. MAPA DO TERCEIRO SETOR do Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS – da Fundação Getúlio Vargas – FGV (www.mapa.org.br).

Manual sobre Organizações Não Lucrativas no Sistema de Contas Nacionais. Johns Hopkins University em cooperação com a United Nations Statistics Division. Tradução e Revisão: Georgina Esteves e Ofélia Lopes.

PROPOSTAS DA ABONG PARA O MARCO LEGAL DAS ONGs. In site da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG.

www.abong.org.br

<http://www.senado.gov.br/legislacao>

www.ifch.unicamp.br/ael